



**Companhia de Desenvolvimento de Curitiba
Gerência Financeira/Administrativa e de Pessoal**

INFORMAÇÃO

Protocolo nº 01-238.848/2025

À DP4 – Supervisão Jurídica

Assunto: Dispensa de Licitação - Contratação Direta n.º 005/2025

Conforme Artigo 126, Inciso IX do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., é de competência do Controle Interno emitir parecer técnico sobre as contratações com fundamento no artigo 29 da Lei n.º 13.303/2016.

A Constituição Federal, sobre as atividades do Controle Interno, assim dispõe:

Art. 70 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art. 74 - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da

administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estabeleceu no parágrafo único do artigo 54 que o relatório de Gestão Fiscal será assinado pelas autoridades responsáveis e pelo controle interno. Assim dispôs o retro mencionado diploma:

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.

Igualmente, no artigo 59 da Lei Complementar nº 101 definiu responsabilidade aos Sistemas de Controle Interno quanto à fiscalização da Gestão Fiscal:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;

IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;

VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

A Diretoria Executiva da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S.A., em obediência aos preceitos legais, emitiu a Instrução Normativa

n.º 002/2012 em 03 de Setembro de 2012, para instituir as funções e atribuições do controle interno tendo como destaque:

A DIRETORIA EXECUTIVA da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - Curitiba S.A., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, Considerando a necessidade de disciplinar as ações internas de controle,

RESOLVE

I – Instituir o Sistema de Controle Interno – SCI da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S/A, na forma regulamentada pelo anexo desta Instrução Normativa.

II – Definir que esta instrução normativa entre em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Por fim, foi realizada a nomeação, através da Portaria n.º 001/2025 de 10 de Janeiro de 2025, de funcionário para o exercício da função de Controlador Geral. As rotinas de trabalho adotadas pelo Controle Interno cabe, primordialmente, exercer a fiscalização dos atos da administração, comprovando os princípios constitucionais tais como: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e quando detectadas possíveis irregularidades insanáveis dos atos e fatos nos procedimentos licitatórios, na execução orçamentária e financeira efetivamente realizadas, esta Controladoria encaminhará denúncia ao Ministério Público e comunicará os Órgãos de Controle Externo sobre tais irregularidades.

DO RELATÓRIO:

1 – DA FASE INTERNA:

1.1 – Da Instrução do Processo Administrativo:

Trata-se da análise prévia do Processo Administrativo nº 01-238.848/2025 relativo ao processo licitatório na modalidade Dispensa de Licitação nº 005/2025, realizado pela CURITIBA S.A., que tem como objeto **a Contratação de empresa especializada para ministrar curso de capacitação e formação BIM com Revit e AutoCAD para empregados da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE**

CURITIBA – CURITIBA S.A, conforme especificações e quantitativos descritos no Termo de Referência do respectivo processo administrativo.

O Termo de Referência fundamenta a contratação direta da empresa **TREINASOFT LTDA**, visando a capacitação e formação BIM com Revit e AutoCAD, entendendo ser necessária para aprimorar as competências técnicas dos empregados da CURITIBA S.A., visando à melhoria da qualidade dos projetos desenvolvidos e à eficiência dos processos internos, bem como otimizar o desenvolvimento dos projetos, garantindo maior eficiência no desenho, modelagem e detalhamento técnico, além de facilitar a integração entre as etapas do processo e a conformidade com as normas técnicas vigentes.

O valor global da contratação é de **R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)**, para a contratação de duas inscrições ao curso mencionado, às colaboradoras CRISTIANE LOPES FLORENCIO, matrícula n.º 81.688 e JUSIANE CECHELERO HUBNER.

Para instruir os autos foram juntados, além de outros, os seguintes documentos:

1. Estudo Técnico Preliminar
2. Termo de Referência consolidado com as devidas considerações e justificativas
3. Pesquisa de Mercado
4. Portaria de Nomeação de Pregoeiro
5. Declaração de Mercado
6. Declaração de Bem Comum
7. Declaração de Recursos
8. Certidões

É o sucinto relatório.

1.2 – Da Análise Jurídica:

No que tange ao aspecto jurídico e formal do procedimento, a Supervisão Jurídica será invocada para emissão de parecer e análise jurídica quanto ao cumprimento das exigências legais e observância à legislação que rege a matéria, atestando a sua legalidade, para verificação do atendimento das exigências contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A. bem como em relação a legislação correlata aplicada.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO:

Prefacialmente, deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos até a presente data, e que, em face do que dispõe o RILC e a legislação vigente, incumbe a essa Controladoria emitir parecer sob o prisma estritamente técnico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da administração.

Evidencia-se que a análise aqui realizada se restringe a verificar, do ponto de vista técnico formal, a regularidade para realização da Contratação Direta do objeto supracitado. Quanto aos requisitos a serem observados na fase preparatória de contratações diretas foram estabelecidos no artigo 126, do RILC, que assim dispõe:

Art. 126 *O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:*

I - numeração sequencial da dispensa ou inexigibilidade;

- II - caracterização do objeto e da circunstância de fato ou de direito que autorizou o afastamento da licitação;*
- III - autorização da autoridade competente;*
- IV - indicação do dispositivo da legislação aplicável;*
- V - indicação dos recursos orçamentários para a despesa;*
- VI - razões da escolha do contratado;*
- VII - proposta, justificativa do preço e, conforme o caso, a apresentação de orçamentos, de consultas aos preços de mercado, cópias de notas fiscais ou cópias de contratos;*
- VIII - consulta prévia ao respectivo cadastro, das empresas que estejam cumprindo penas de suspensão ou impedimento de licitar ou contratar com a CURITIBA S/A;*
- IX - parecer técnico do Controle Interno, seguido de parecer jurídico, emitidos sobre a dispensa ou inexigibilidade, conforme o caso;*
- X - prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;*
- XI - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);*
- XII - Prova de regularidade Trabalhista, mediante a apresentação da Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas, a CNDT expedida pela Justiça do Trabalho.*
- XIII - Prova de regularidade relativa aos Tributos Municipais mediante a apresentação da Certidão de Regularidade dos Tributos Municipais da Sede da licitante, incluindo tributos mobiliários e imobiliários.*

A contratação direta foi justificada com base no **art. 122, inciso II, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.**, que admite dispensar a realização de licitação para a contratação outros serviços e compras de valor até R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais) desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço.

No mérito, a contratação poderá ser levada a efeito pela modalidade escolhida, ou seja, Dispensa de Licitação por valor, com amparo no Regulamento, conforme dispositivo abaixo transcrito, haja vista, tratar-se de contratação de serviços técnicos especializados, senão vejamos:

Art. 122 *É dispensável a realização de licitação pela CURITIBA S/A:*

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais) e para alienações desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;

Analisando-se o processo administrativo e as peças que o compõe até o presente momento, verifica-se que a solicitação para a realização do contratação ainda depende da autorização da autoridade competente, que deve delimitar o objeto e justificar a necessidade da contratação.

Ainda, A contratação está sujeita às normas gerais de licitações e contratos administrativos, bem como às diretrizes de capacitação de empregados públicos. No caso específico de empregados **exclusivamente comissionados**, deve-se observar o entendimento consolidado pelo **Tribunal de Contas do Estado do Paraná – Acórdão nº 1992/17 (Processo nº 516451/16)**, que estabelece:

“É possível a oferta de capacitação pelo ente público ao servidor comissionado, desde que haja motivação específica, pertinência com as atividades desempenhadas e razoabilidade quanto à duração, em face da natureza precária do vínculo com a Administração.”

O Tribunal enfatiza ainda que cursos de **longa duração** (como especializações ou formações extensas) **não são recomendáveis** para ocupantes

de cargos comissionados, em razão do caráter transitório desses vínculos e da necessidade de preservar o princípio da economicidade.

O curso proposto possui **404 horas**, o que o caracteriza como **capacitação de longa duração**, aproximando-se de uma formação técnica ou especialização, ultrapassando o limite de cursos de curta duração usualmente recomendados pelo TCE-PR para empregados comissionados.

Embora o conteúdo do curso guarde pertinência com atividades técnicas de engenharia e arquitetura — aplicáveis às demandas da Companhia —, o investimento de recursos públicos nessa capacitação deve ser avaliado sob os seguintes aspectos:

- a)** natureza precária do vínculo funcional dos participantes (cargos em comissão);
- b)** inexistência de vínculo efetivo que assegure o retorno institucional do investimento;
- c)** possibilidade de substituição dos ocupantes a qualquer tempo, sem continuidade garantida das atividades;
- d)** princípio da **razoabilidade e economicidade**, considerando o custo do curso e a carga horária;
- e)** necessidade de **motivação expressa** quanto ao interesse público específico que justifica a capacitação desses empregados.

Em suma, a Diretoria Executiva deverá **formalização a sua autorização** com motivação e fundamentação na decisão do TCE-PR (Acórdão nº 1992/17), observando as restrições à concessão, condicionando-a à sua pertinência com as atividades desempenhadas pelos cargos, bem como à razoabilidade da sua

duração em face da natureza precária do seu vínculo com a Administração, mediante motivação específica no caso concreto.

Analisando-se o processo administrativo e as peças que o compõe até o presente momento, verifica-se que a solicitação para a realização da contratação direta requer a autorização da autoridade competente. Ademais, foram juntados os elementos descritos no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.

3. DA CONCLUSÃO:

Após análise do Termo de Referência e da fundamentação apresentada, este Controle Interno **opina favoravelmente à contratação direta com ressalva**, por se enquadrar nas hipóteses legais de inexigibilidade previstas na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações, condicionado à observância dos pontos abaixo mencionados e à demonstração inequívoca da pertinência e necessidade da capacitação para o exercício das funções desempenhadas pelos empregados indicados.

- A capacitação de servidores comissionados **é possível**, desde que devidamente **motivada e pertinente às funções exercidas**;
- Contudo, considerando a **extensão do curso (404 horas)**, recomenda-se a avaliação da Diretoria Executiva, de modo a atender ao princípio da razoabilidade e às orientações do **TCE-PR (Acórdão nº 1992/17)**;

Diante do exposto, resguardado o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e a conveniência da prática do ato administrativo, opina-se pelo prosseguimento do feito. Segue os autos para a Supervisão Jurídica para demais procedimentos cabíveis.

É a Manifestação.

Davidson José Moulepes
Controle Interno

Curitiba, 16 de Outubro de 2025.